

## OS ESPAÇOS E A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NUM COLÉGIO PORTUGUÊS DOS JESUÍTAS (COLÉGIO DE S. FIEL -1863-1910)

*Ernesto Candeias MARTINS<sup>1</sup>*

### **Resumo**

Ao artigo pretende ser um contributo à história das instituições educativas em Portugal, ao analisar os espaços escolares no Colégio de São Fiel dos jesuítas (1863-1910), de ensino elementar e secundário. A nossa argumentação, de teor histórico-descritivo e hermenêutico, versa sobre a organização escolar (os espaços e o tempo escolar) naquele colégio e as suas relações e implicações na vida e no processo educativo dos alunos colegiais. A análise está dividida em 4 pontos: o ensino jesuítico nos colégios (características); os espaços escolares no pensamento e ação dos jesuítas; a organização escolar no Colégio; arquitetura do tempo escolar como categoria estruturante na vida do colégio. Estes pontos permitem-nos compreender o funcionamento organizacional daquele colégio, convertendo-o num património histórico-educativo e num lugar de memória socio-histórica.

**Palavras-chave:** Ensino dos jesuítas. Colégio São Fiel. Espaço educativos. Organização escolar. História das Instituições Escolares.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação/Ciências da Educação no domínio da História da Educação Social, com Título de Agregado à Universidade de Lisboa -IE, docente no ensino superior (IPCB-Instituto Politécnico de Castelo Branco), desde 1988. Coordenador do Mestrado de Intervenção Social Escolar e pertence a comissões científicas de mestrados na Escola Superior de Educação do IPCB. Foi professor convidado por várias universidades estrangeiras (Salamanca, Palma de Mallorca, Ferrara, Sevilla, Múrcia, Badajoz, etc.). É investigador integrado no Centro de Investigação – CeIED da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa), onde tem participado em vários projetos. Foi coordenador institucional de vários Projetos, entre eles o Projeto Transfronteiriço entre Univ. de Extremadura (Espanha) ‘Programa de Inteligência Emocional em alunos da Educação Básica na Região de Castelo Branco’ (2011-2017).  
E-mail: ernesto@ipcb.pt

## **THE SPACES AND SCHOOL ORGANIZATION IN A PORTUGUESE JESUIT COLLEGE (COLLEGE DE S. FIEL -1863-1910)**

*Ernesto Candeias MARTINS*

### **Abstract**

The article intends to be a contribution to the history of educational institutions in Portugal, by analyzing the elementary and secondary education school space at the Collegium de São Fiel dos Jesuits (1863-1910). Our discussion, of historical-descriptive and hermeneutic content, deals with the school organization (school spaces and time) in that school and its relations and implications in the life and educational process of high school students. The analysis is divided into 4 points: Jesuit teaching in schools (characteristics); school spaces in Jesuit thought and action; school organization at the College; school time architecture as a structuring category in the life of the school. These points allow us to understand the organizational functioning of that school, converting it into a historical-educational heritage and a place of socio-historical memory.

**Keywords:** Jesuit teaching. Collegium São Fiel. Educational space. School organization. History of School Institutions.

## Introdução

A História das Instituições Educativas (HIE) dedica-se a analisar o que se passa no interior e na vida (escolar) dos estabelecimentos de ensino (criação, evolução e extensão), desde a apreensão de elementos educacionais identitários, dos elementos de arquitetura e dos agentes e atores (professores, alunos, funcionários) às propostas pedagógicas e curriculares, conferindo descrições de um cenário sociocultural que se manteve e/ou se transformou ao longo dos tempos. Ora esta forma historiográfica permite estudar a história da educação, superando a dicotomia de ensino entre o particular/privado, com os seus respetivos matizes, que perpassam os objetivos de criação e desenvolvimento das instituições, das interações professores-alunos, da organização escolar, do currículo, das atividades, da disciplina comportamental e formação para os valores. Neste sentido histórico-descritivo debruçamo-nos sobre um colégio jesuítico de ensino em Portugal: o Colégio de São Fiel (1863-1910), no contexto da época.

Entre a conceção de espaço e de lugar ou local há algumas considerações relevantes, por exemplo, Margarida Felgueiras (1998) considera o local em que a vida institucional ocorreu, com os materiais, artefactos, móveis e utensílios, os espaços e seus objetos, ou seja, como um “sítio histórico”, cuja consideração é indispensável para que se possa fazer interpretações, relatos sobre a história institucional. Outros estudiosos (BURKE, 2005; ESCOLANO BENITO, 2000 E 2007; DOMÈNECH & VIÑAS, 1997; VIÑAO, 1993-1994 e 2006) incluem como elemento indispensável na composição da HIE a consideração aos espaços com a base material da educação. A HIE utiliza a dimensão temporal, indagando sobre o período de tempo abrangido, descrevendo, analisando (historicidade reflexiva) e compondo narrativas dos vários momentos da existência duma instituição, pois todos os factos educativos são (socio)históricos. Assim, para Certeau (1996, p. 200) os relatos da HIE “[...] produzem geografias de ações” e organizam caminhos de análise histórica.

Analisaremos os espaços educativos (organização escolar) no Colégio de São Fiel (administração pelos jesuítas de 1863-1910), instalado na freguesia do Lourçal do Campo, que pertenceu ao concelho de S. Vicente da Beira (extinto em 1895) e depois ao de Castelo Branco e que sucedeu ao ‘Orfanato/Seminário para Meninos Órfãos’ (1850-1862), criado por Frei Agostinho de Anunciação (José Bento Ribeiro Gaspar). A evolução do colégio, desde a sua origem, obedeceu a três períodos distintos: Orfanato até 1852 dando assistência e educação a meninos órfãos e pobres; de Seminário, que coincide com a Portaria de 1852 de autorização do Ministério de Instrução de abertura do estabelecimento de ensino indo até 1862, altura em que entram os jesuítas na instituição, ajudando Frei Agostinho; e o de Colégio de São Fiel que vai de 1863 até ao encerramento em 1910, destacando a data de 1873 da compra ‘oficial’ (escritura) a Frei Agostinho por parte de três religiosos ingleses (George Lambert, Ignacius Cory Scoles e Henry Foley), residentes em Londres.

De facto, o nosso propósito argumentativo, de teor hermenêutico, versa sobre os espaços e as suas relações com o processo educativo dos alunos nos colégios dos jesuítas.

Estes estabelecimentos foram criados no séc. XVI e mantiveram-se até à expulsão pelo Marquês de Pombal, nos finais do séc. XVIII, regressando os jesuítas no século XIX criaram colégios e seminários que se mantiveram até à implantação da República, em 1910. Particularmente incidiremos num desses colégios dos jesuítas: o Colégio de São Fiel, irmão mais novo do Colégio de Campolide em Lisboa, criado em 1858. Ao longo dos seus 47 anos de existência teve uma enorme procura das famílias, com a intenção de que os seus filhos recebessem uma boa formação e disciplina adequada, constituindo-se num centro de cultura no interior do país.

O marco teórico-conceptual proveio da consulta e análise documental: Arquivo da Cúria Provincial da Companhia de Jesus (Lisboa), facultado pelo seu arquivista; à Revista *Brotéria*; às fontes primárias publicadas na época; e fontes secundárias relacionadas com a temática. Todo o ambiente institucionalizado do colégio, formado por professores, alunos e funcionários, o meio físico-geográfico envolvente, as normas disciplinares e de ensino, os hábitos sociais, as atividades, etc. estavam orientados à concretização do processo educativo dos seus colegiais, na base da *Ratio Studiorum*. Pretendemos converter esta análise ao Colégio de S. Fiel em património histórico-educativo e num lugar de memória social e individual, seja no âmbito da arquitetura e dos seus espaços (interior, exterior) que, inicialmente foi Seminário (1852-1862) e depois colégio de ensino elementar e secundário (seguiam mais ou menos o plano curricular da época), seja na análise à sua cultura educativa, especialmente à organização escolar, à metodologia de ensino e as atividades curriculares e extracurriculares.

## **O ensino dos jesuítas nos colégios: Da *Ratio Studiorum* à pedagogia inaciana**

O *Ratio Studiorum*, Regulamento dos estudos da Companhia de Jesus, era uma exposição dos métodos e das regras em uso em todos os estabelecimentos de ensino, tal como afirma Rómulo de Carvalho (1986, p. 331)

“Em 1551, na Congregação que elegeu o padre Cláudio Aquaviva para general dos jesuítas, foi nomeada uma comissão de doze membros com o encargo de proceder à redação definitiva das normas pedagógicas da Companhia. À comissão pertenciam dois jesuítas portugueses, Pedro da Fonseca e Sebastião Morais. [...] . Por circular de 8 de janeiro de 1599 foi o texto finalmente promulgado para todas as escolas da Companhia. Este monumento pedagógico, usado quase sem alteração até 1832, ficou conhecido pela designação de *Ratio Studiorum*”

De facto, aquele Regulamento estava impregnado pela influência do método ‘*Modus Parisienses*’, que permitia o sentido da apropriação pessoal e ativa dos conteúdos e competências através da importância dos exercícios nas práticas pedagógicas. Ele foi seguido nos colégios e escolas jesuítas, a partir do século XVI “[...] em todas as partes do mundo” até meados do séc. XIX (CARVALHO, 1986, p. 332). Este aspeto teve grande influência na prática do ensino, como princípio da homogeneidade, sendo que as mesmas

regras e os mesmos métodos foram generalizados nos diversos países da Europa, dando certa relevância à organização temporal dos estudos, ao converter-se no código escolar obrigatório para os jesuítas (MIRANDA, 2011). Neste documento há instruções muito precisas quanto ao uso do tempo para todos os níveis de ensino, ministrados, destacando a uniformização das práticas, pois cada classe era anual, tinha o seu professor próprio, com aulas diárias, de manhã e de tarde em que os alunos se exercitavam na escrita e na composição, dentro e fora da aula, com uma insistência na redação dos textos que deveriam ser recitados de cor. Ora o método de ensino seguido, em qualquer das disciplinas, exigia longa preparação por parte do professor e grande esforço de memória dos alunos que tinham de saber de cor o que fora estudado na aula anterior (COMPANHIA DE JESUS, 1996).

Cada colégio jesuíta integrava uma ampla rede escolar, sujeita a um governo central, dotado de uma hierarquia bem definida, repartindo a autoridade por diversos níveis, que ia desde o provincial ao professor de cada classe, passando pelo reitor, prefeito geral e os prefeitos de estudos. Os colegiais usavam um uniforme na vida do internato, que no Colégio de São Fiel era batina, estola encarnada ou castanho escuro e boné especial, feitos por alfaiates da instituição ou mandados fazer no exterior. Havia outras vestimentas de gala para os atos solenes (cerimónias, festejos das congregações), outro para os passeios e visitas (traje normal) e, ainda para os recreios e estudos (camisas largas).

O prefeito de estudos incumbia-se de anotar em livro próprio, o registo de identificação do aluno ao entrar no Colégio, para além de tomar nota da data de admissão e, por fim, colocava o admitido numa classe e com o professor que mais lhe conviesse. O mesmo cuidado se verifica em relação ao final e início dos anos letivos, em que a promoção geral e solene entre os graus de ensino fazia-se uma vez por ano, depois das férias anuais. Os semestres e os anos correspondiam a um percurso escolar pré-determinado, e não a um conjunto aleatório de matérias e de cursos. Também no que respeita à avaliação, a *Ratio* procura fundar práticas específicas, na base do rigor e até de certo sentido de ‘vanguarda’, com a criação de instrumentos de precisão na avaliação. O professor tinha o dever de entregar ao prefeito um registo dos alunos (*Catalogum Discipulorum*) por ordem alfabética das suas avaliações, mas durante o ano podia revê-lo e atualizá-lo, com particular cuidado, quando se aproximasse o exame geral. Esse catálogo não era apenas uma lista de nomes, mas um registo de informação detalhada sobre o aproveitamento de cada aluno, em que distinguia o maior número possível de graus de aproveitamento: excelentes alunos, bons alunos, alunos medianos, alunos duvidosos, alunos a reter e por último, alunos a excluir. Este sistema de classificações desenvolvia um ensino diferenciado, de acordo com as necessidades individuais dos alunos.

De facto, em todos os colégios existia o mesmo plano de estudos, auxiliado por um conjunto de manuais e textos de estudo. O currículo de estudos refletia um quadro epistemológico, impregnado de aristotelismo e de escolástica. Ao enveredar pela via

escolar a Companhia de Jesus não ignorou o elevado estatuto que a ciência e a filosofia natural que tinham alcançado a partir do séc. XVI. Opor-se-lhe, teria ido contra todas as evidências; ignorá-lo teria implicado o nível de exigência intelectual do próprio ensino e poderia comprometer os discursos teológico e científico. Daí que a intenção foi proliferar os colégios de ensino, expandindo o seu *curriculum* de lógica, ciência e filosofia natural (FRANCA, 1952). De forma prescritiva o *Ratio Studiorum* não era essencialmente de teor filosófico e científico, já que convergia mais para os estudos literários, a retórica e educação para a eloquência. Mesmo impregnada de aristotelismo e escolasticismo, a *Ratio* apresentava-se inovadora ao integrar e valorizar o saber humanístico (filologia, retórica, poesia e pensadores pagãos) e daí o ensino ser humanístico e filosófico-científico. Nos colégios ensinava-se mais a Gramática, as Humanidades e a Retórica do que a Filosofia e Teologia (COMPANHIA DE JESUS, 1996). Essa formação humanística ia desde a filosofia e a teologia às línguas, à literatura, à retórica, à história, ao teatro e à leitura de clássicos pagãos, que educativamente contribuíam para o primado da palavra falada e escrita, que era um aspeto prestigiante da formação. Não nos esqueçamos que, para além da existência de boas bibliotecas, salas de aula e de estudo, gabinetes dos prefeitos, capela, refeitório e camaratas, os colégios tinham espaços destinados a oficinas de imprensa, laboratórios, museus, observatórios astronómicos, teatros e salão para representação de espetáculos e saraus, sala de atos (onde se atribuía em junho os prémios de mérito aos alunos), etc. Assim vistos, os colégios eram de lugares de ensino, que ultrapassavam a esfera eclesiástica e alcançavam grande importância cívica e social.

Do primado da palavra decorria toda uma pedagogia específica, que se exprimia num conjunto de práticas codificadas no *Ratio* que tinham a sua origem no *Modus Parisienses* e até nas escolas jeronimitas dos Irmãos da Vida Comum (FRANCA, 1952). A originalidade metodológica estava na sua aplicação sistemática, rígida e coerente. Por isso, em cada colégio, havia a divisão em classes (cada uma com o seu mestre, de acordo com níveis de aprendizagem), a observância do princípio da ordem e progressão entre as classes, de acordo com objetivos, com um sistema eficaz de emulação (entre classes, entre pequenos grupos dentro da mesma classe e entre pares de alunos) e/ou a ordenação das matérias por graus de dificuldade. Todas estas estratégias de ensino converteram-se em um cânon de pedagogia. De facto, a *Ratio* não legislava só sobre a *praelectio* (lição magistral) do professor, mas também sobre a variedade de atividades práticas (didática do ensino) a realizar pelos alunos individualmente em termos de assimilação/retenção do objeto da lição. Destacamos nessas práticas a ausência de preconceitos contra a memória ou contra a repetição (MONTEIRO, 1991). Pelo contrário, havia a noção clara de que aprendizagem constituía um processo individual, que envolvia mais do que o simples intelecto. Após a *praelectio*, os exercícios consistiam em repetições orais, composições escritas, declamações, debates, disputas de perguntas - respostas, concursos de poesia e prosa,

exposição pública de poesias, e até representações teatrais – ora com a simplicidade dos meios da sala de aula, ora com a solenidade de atos públicos (MIRANDA, 2011).

Em geral, o dia escolar nos colégios era constituído por 4 horas de lições e 4 horas de exercícios variados. Isto é elucidativo de que a repartição do tempo era a característica da conceção global de ensino. Daí que a pedagogia inaciana subjacente dava tanto valor aos exercícios como às lições (LOPES, 2002). Metodologicamente no exercício de ‘perguntas’ os alunos, frequentemente divididos em dois grupos, faziam perguntas uns aos outros. Este tipo de exercício de memorização dos textos, das regras de gramática, estudadas na lição precedente, tomava um aspeto de combate e de jogo. Durante as repetições os alunos repetiam, efetivamente, a lição de cor. O ensino é essencialmente oral, era necessário que o aluno retivesse o que foi dito. Para melhor memorizar, era-se obrigado a repetir, esta conceção pedagógica é coerente: organiza o seu funcionamento, sua repartição do tempo em função dos objetivos (ROMEIRAS, 2015).

Lembramos que, após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal nos finais do séc. XVIII, eles começam a crescer em número no País (prioritariamente estrangeiros) no séc. seguinte, realizando cerimónias religiosas ou abrindo e administrando instituições de ensino (ASSUMPÇÃO, 1982), como foi o caso do Colégio de S. Fiel que, pouco a pouco, deixou de acolher e assistir meninos órfãos/pobres e passou a dedicar-se ao ensino.

A arquitetura dos edifícios e dos espaços do Colégio articulou-se, em certa medida, com o número crescente de alunos e da pedagogia (inaciana) de ensino, próprias dos fins da educação jesuítica (FERRÃO, 1910; GANDRA, 1982). De facto, os jesuítas davam relevância aos edifícios destinados a seminários, colégios ou casas. Nas Constituições Gerais e Regulamento da Companhia de Jesus apenas e, de forma indireta, se fala da saúde e da higiene dos edifícios, recomendando-se que os mesmos se localizassem em lugares sãos, arejados, soleirados e higiénicos. Assim, os projetos de construção (ou ampliação) desses estabelecimentos eram remetidos ao Padre Geral da Companhia para que os aprovasse. Esta norma não significava uniformidades nas soluções arquitetónicas propostas. Ou seja, as diferenças tinham em conta: o predomínio dos internados (número de alunos), as camaratas (espaço), os refeitórios, as salas de aula e estudo e o espaço envolvente (localização). Os colégios que tinham no seu plano de estudos o curso ou disciplinas de ciências incluíam espaços próprios para museus, gabinetes e laboratórios. Por isso, tendo em conta esta relação arquitetura - ensino, o Colégio de São Fiel inseriu-se num lugar e espaço próprio, constituindo um dos elementos fundamentais de atratividade para a ação educativa o enquadramento físico – espacial (localizado no interior do país, na zona da Serra da Gardunha na região da Beira Baixa, com condições florestais e de fauna específica), onde se materializava e fluía a mensagem pedagógica, espargida nos diversos espaços. A educação tinha uma cadência, um ritmo e uma governação organizacional que se encaixava na grandeza da sua arquitetura (frontaria e/ou fachada do edifício, varandas e janelas).

Recordamos que aquele colégio de ensino foi assolado de várias inspeções ou sindicâncias (1880, 1900 e 1910), fruto do ambiente anti-jesuítico no país e ao surgimento de movimentos progressista republicanos, mas por várias razões a instituição nunca foi fechada, a não ser aquando da implantação da República, em 1910. Lembramos que em 17/11/1880 o Ministro do Reino, José Luciano de Castro pediu, em circular, aos governadores civis informações minuciosas sobre a existência de escolas ou estabelecimentos de ensino governados/orientados por congregações religiosas estrangeiras (REFOIOS, 1883). Em Castelo Branco o governador civil (Dr. Augusto César Xavier da Silva) nomeou uma Comissão a 2/12/1880 (composta por Sousa Refoios, Hermano José Castro e Silva e Joaquim Robalo Guedes) para elaborar um relatório de inspeção e investigação (finalizado a 13/12/1880) aos estabelecimentos do Colégio de São Fiel, concelho de S. Vicente da Beira e os de Santa Rosa M<sup>a</sup> e Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição, ambos na Covilhã. Naquela altura o colégio era dirigido pelo Padre João Batista Antoni (natural de Brescia –Itália), desde 1871 (tendo sido era coadjuvado pelo Pe. António José Faustino, até 1873 altura da escritura de compra ao Frei Agostinho de Anunciação, seu fundador, em 1850), como subdiretor o Pe. Júlio Ferreira (natural de Tomar), Prefeito Pe. António Lourenço Telhada, 4 prefeitos dos cursos, 11 professores e 3 capelães (João de Deus Moura natural de Vila de Rei, Luiz Cappucci e Mário Arcioni italianos), tendo a frequentá-lo 138 alunos (16 externos e 5 semi-internos), dos quais 14 eram órfãos gratuitos (sustentados por pessoas externas). Apesar desse Relatório o governo de Luciano de Castro caiu e no se leva a efeito essas informações. Mais tarde, aquando da discussão sobre a reforma do sistema de ensino secundário, num ambiente de anti - jesuitismo, pretendeu-se ter conhecimento daquele Relatório, mas o mesmo tinha desaparecido. Ora esta situação fez com que os jesuítas no colégio melhorassem a alimentação e a higiene nos seus espaços, assim como o ensino literário e científico, incrementassem mais atividades físicas e artísticas, mas mantendo os valores morais/religiosos subjacentes à sua pedagogia (inaciana) (LAGES, 1883).

Por conseguinte, o Colégio de São Fiel gozava de grande reputação, tal como o seu homólogo Colégio de Campolide em Lisboa, também dos jesuítas, sendo um dos melhores, senão o melhor colégio particular de ensino secundário privado em Portugal, na época. Os seus críticos anti-jesuítas acusavam-no de insistir na memorização dos saberes e fixação de idéias abstratas, sem ligação aos grandes contextos culturais, mas era habitual no contexto da pedagogia tradicional vigente na Europa, assim como a escassa leitura de clássicos e modernos, a redução da Filosofia à exposição dogmática dos livros escolásticos franceses, que ignorava a história do pensamento científico europeu. Neste sentido questionava-se onde estava o primado da palavra, o prestígio da eloquência, a opção pelo saber interdisciplinar? Ou seja, onde se distinguia o saber humanístico, com o convívio direto com os autores, a conversação e o conhecimento do uso da língua (regras gramaticais). Contudo, no colégio ensinava-se o latim, o francês e o alemão, havendo padres jesuítas

falantes naturais dessas línguas (P. Zimmerman, Barret, Garnier, Lethiec...), as aulas de alemão eram dadas por um português.

### **Os espaços como pensamento e ação educativa do ensino jesuítico**

Na nossa análise aos espaços convém, logo de imediato e de forma semântica, esclarecer que falar de espaço não é o mesmo que falar de meio, ambiente, território, contexto, lugar ou ambiente envolvente. Cada um destes conceitos denota uma particularidade que os diferencia uns dos outros e lhes outorga um sentido próprio (COLOM, 2005). A nossa abordagem gira à volta da conceção do espaço como um cruzamento de móveis, animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram e, por isso, é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente dentro do programa ou projeto educativo da instituição (CERTEAU, 1996). Atendendo à nossa análise dos espaços nos colégios dos jesuítas, estes constituem o epicentro das suas propostas educativas, na base do *Ratio* e da pedagogia inaciana.

Sabemos que o espaço escolar é como um território de materialidade física, constituindo-se num elemento crucial na configuração da cultura escolar de uma instituição educativa, tal como a distribuição e usos do tempo e os discursos e comunicação utilizados, ou seja, como lugar e como território (VINÃO, 2004). Entendemos por espaço tanto o edifício (arquitetura) como os seus espaços (interiores, exteriores), os seus elementos, o equipamento, as características de implementação física e social, a dinâmica de interação ambiental onde está situado. Assim, se nos cingirmos ao espaço educativo nos colégios dos jesuítas, este define-se como um espaço social e cultural, com uma especificidade própria, na perspetiva histórica. A diversidade dos espaços nos colégios mantém uma relação com o tempo escolar estabelecido para os alunos, ou seja, une-se à estrutura de organização escolar.

É sabido que o espaço é distinto de lugar, pois este é a ordem “[...] segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência “[...] um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 1996, p. 201). Assim, a diferenciação entre lugar (frio, estável, inerte e congelado) e o espaço é que este constitui “[...] um lugar praticado” vivo de interações e poderes (CERTEAU, 1996, p. 202). Daí que o grande desafio de fazer HIE é construir espaços e não apenas lugares. Espaço compreendido como um cruzamento, como movimento, contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Por isso, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente em decorrência dos atores e acontecimentos em decorrência da instituição e das temporalidades (VINÃO, 2006). Assim, existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas, pois os espaços estão vinculados a ações de sujeitos históricos.

A constituição do espaço como lugar implica o resultado de uma ocupação e utilização pelo ser humano e no caso dos colégios pela comunidade educativa. Essa ocupação do espaço institucional e a sua reconversão em lugar escolar provoca nos alunos vivências como um ‘território’ de relações. Assim, no dizer de A. Viñao (2004, p. 280) a “[...] relação objetiva espaço – lugar, expressa pela cultura material da escola, articula-se com a relação subjetiva espaço-território (interno/externo, aberto/fechado) de vivências e experiências individuais e em grupo”. Deste modo a configuração dos espaços escolares no Colégio de S. Fiel, no sentido de lugar específico e território, está relacionado com a arquitetura do conjunto de edifícios e da sua envolvência, na base de princípios, significados e representações subjacentes às idéias e práticas da pedagogia inaciana (LOPES, 2002). Na distribuição e usos dos espaços nesses colégios leva-nos a considerar como escolar e como espaço segmentado, diferentes entre si pelo uso e funcionalidade, as zonas edificadas e não edificadas e o interior de cada uma das funções dos espaços livres e abertos a outras atividades. Paralelamente, há também relação do espaço escolar com outros espaços, com dimensões e disposições internas, como sejam: as bibliotecas; capela, salão de atos; ginásio; jardim interior (com claustro). Para além dos espaços propriamente produtores da cultura material da educação ministrada no edifício daquele Colégio (salas de aula e de estudo, salas de professores/reuniões, laboratórios, museus, etc.), com a sua visibilidade arquitetónica exterior, havia espaços específicos para a direção/secretaria (entrada), economato, gabinete médico/enfermagem e antropométrico, sala de estar/recebimento familiares, refeitório(s), etc.

Já dissemos que o complexo de edifícios que compunham o Colégio S. Fiel, foi-se alterando desde o projeto originário de Orfanato/Seminário, com ampliações feitas pelos jesuítas que, no seu conjunto, constitui algo mais que uma fachada monumental, paredes e espaços arquitetónicos, que alojam as exigências escolares da época (MARTINS, 2017). Ou seja, toda essa transformação é o símbolo do tipo de formação/ensino jesuíta, para além da recordação ‘viva’ das vivências aí efetuadas por todos os elementos educativos. Esses espaços estão impregnados de uma vida comunitária e individual própria. O edifício em 1880, segundo o *Relatório de Syndicância* e nas palavras do Dr. António Mendes Lages (1883, p. 29) sofreu ampliações/reconstruções, algumas provenientes do tempo de Frei Agostinho, após o incêndio de 1858, constituindo um edifício “[...] vasto e importante; depois do Seminário de Coimbra o mais concorrido e o mais bem organizado (...) a casa muito ampla e muito bem ventilada e iluminada”, possuindo espaços e condições higiénicas à prática do ensino dos jesuítas. Assim, o colégio, não só foi um lugar de ensino para muitos alunos, mas também foi uma instituição de grande importância cívica e cultural, que não teria tido se pertencesse exclusivamente à esfera eclesiástica (RODRIGUES, 1917).

Lembramos que os espaços ampliados correspondiam a uma organização e governação própria dos jesuítas. Assim, os alunos internos do colégio estavam organizados

em divisões (cinco divisões) ou brigadas. O aumento do número de alunos e a inclusão curricular de disciplinas de formação (Curso de Filosofia) e espaços para o ensino das ciências, obrigou a alterações arquitetônicas (finais do séc. XIX e em 1903) que incluíram: por um lado, espaços para os alunos e para o ensino; e, por outra parte, espaços para a comunidade dos jesuítas e serviços administrativos. Toda a área espacial arquitetônica do Colégio São Fiel apresentava várias (sub)áreas, por exemplo: área da comunidade (portaria com uma porta ampla e alta, locutórios, cubículos, camaratas, botica/enfermaria, rouparia, balneários, refeitórios e cozinha/dispensas); área escolar/instrutiva (salas de aula com o seu mobiliário simples, salas de estudo, sala de atos solenes, biblioteca, museu, laboratórios, gabinetes de física/história natural, etc.); área recreativa e lúdica (pátio interior e recreio exterior); área religiosa (capela-mor/altar/sacrário, altares laterais, confessionários, púlpito de pregação, fachada exterior, santuário exterior a Nossa Senhora).

Na verdade, os espaços interiores eram amplos, com um *hall* de entrada amplo, com paredes pintadas e/ou empapeladas da época, corredores adornados com quadros de motivos históricos/religiosos (cenar da vida de Jesus, do fundador da Companhia de Jesus, obras de arte de pintores católicos), objetos litúrgicos e decorativos. Para além do conjunto do edifício há outros elementos que lhe dão sentido e robustez, como o seu envolvimento físico-natural (espaços verdes), a distribuição interna dos espaços, a amplitude dos acessos (escadas, corredores, salas, camaratas, refeitórios, biblioteca, gabinetes, balneários), a decoração, a grandiosidade dos andares e do seu mobiliário. Tudo isto dá-nos uma idéia da estrutura educativa e organizativa, adequada ao sistema de ensino ministrado. Há, pois uma adequação dos espaços e formas organizativas do ensino jesuítico à personalidade humana dos alunos, nas suas divisões ou classes e às atividades exigidas pelo ensino.

## **A organização escolar no Colégio S. Fiel**

Os jesuítas sempre tiveram um interesse especial pela Pedagogia e pelos métodos de ensino, cultivando o estudo teórico e sistemático, ou seja, desenvolvendo um ensino intelectual e um ensino experimental que contrastava com a maior parte do ensino liceal na época. Convém explicitar que a organização escolar nos colégios dos jesuítas e, em especial, no de São Fiel (tal como no de Campolide) assentava num *design* de espaços (A, B):

(A)-Organização por território – as salas de aula e de estudo, de paredes altas e com grande iluminação provinda do exterior e com bandeiras de circulação de ar para o corredor. As salas estavam planeadas de forma rígida e uniforme, assente em filas de carteiras e cadeiras (púlpitos onde debaixo se podia colocar os livros e material escolar), orientadas à parte superior onde estava a secretária do professor, com escasso mobiliário e materiais de apoio didático, com alguns mapas nas paredes, o quadro em tripé ou fixo na parede, o mapa mundo e alguns artefactos (cruxifixo por cima da mesa do professor e uma foto de Santo Inácio de Loyola) (GONZÁLEZ, 1998).

No espaço de aula desenvolvia-se a dinâmica educativa de ensino-aprendizagem, na base da lição - *prelectio*, em que os alunos entravam/saiam, em silêncio e em fila ordenada, sob as ordens e vigilância do professor, ocupando o seu respetivo lugar (CONDE, 1961). Trata-se de um espaço que favorece as relações de poder e submissão entre professor-aluno(s), convertendo-se esta organização num espaço de controlo interno para o exercício do professor ou prefeito (salas de estudo) com a finalidade de ensinar, disciplinar, ou seja, constituíam espaços em que a classe parecia como uma ‘máquina de aprender’, de vigiar, de hierarquizar e de premiar/recompensar ou sancionar os alunos. Ora analisando esta disposição espacial de forma psicológica aos alunos eram-lhes inculcados o sentido do ensino jesuítico e da sua conceção intelectual e, por isso, o modelo de ensino girava à volta dos métodos de memorização, concentração e recitação (exercício da mente) – exercitar para reter.

Esta organização de classe predominante nos colégios dos jesuítas não dava liberdade aos alunos levasse o seu próprio ritmo de aprendizagem, nem a trabalhos em grupo e aprendizagem ativa, já que o espaço impunha disciplina (regulamento), ordem e responsabilidade individual, na base do controlo do professor. Lembramos que o colégio educava comportamentos e educava para a convivência, na base de valores pedagógicos e, assim, este sentido espacial de classe ajustava-se a essas pretensões do *Ratio*. Se recorrermos à perspectiva da psicologia cognitiva este modelo de distribuição espacial das classes em filas era criticado, já que para o conhecimento se converter em significativo precisaria de outra disposição e organização de aula.

(B)-Organização dos espaços em áreas de trabalho e de atividades (extra)curriculares em que os alunos se agrupavam em pequenos grupos, segundo a tipologia do próprio trabalho, incluindo as atividades em espaços exteriores ao edifício. Esta disposição acontecia nos espaços de laboratórios, museus, salão de teatro ou de saraus, nas academias literária e científica, nas atividades de observação de campo, etc. Tratava-se de espaços que permitiam flexibilidade entre o sentido individualizado e participativo do ensino. A ordem, a organização, a disciplina e o domínio da vontade no aluno colegial eram características impostas pelos professores jesuítas nos colégios, exigindo-se um esforço intensivo mental, físico e religioso, prescrito por exercícios e atividades práticas, entre elas a dos exercícios espirituais, que tinham o intuito de conhecerem a natureza humana e as relações (inter)personais dos alunos, entre os estados psíquicos e fisiológicos. O ano escolar estava bem planificado desde outubro a julho (nove meses), tal como a estrutura organizativa dos dias da semana.

A divisão da classe em dois grupos tinha por finalidade a possibilidade dos alunos se interrogarem mutuamente sobre a matéria, de modo a pôr à prova as suas capacidades de argumentação e imaginação, fazendo uns de advogados de defesa e outros de acusação. Exigia-se a repetição diária das lições aprendidas na véspera e no fim da semana promovia-se as ‘sabatinas’. De quinze em quinze dias reuniam os alunos de diferentes disciplinas, na

mesma sala, a fim de se confrontarem ('disputas'), mostrando cada aluno os seus próprios conhecimentos, recitando poemas, fazendo discursos ou argumentações fundamentadas. De vez em quando estas atividades eram públicas, exibindo os seus talentos perante gente convidada (programa de sessões da Academia Literária e Academia Científica). Cabia ao professor levar o aluno a exercitar, não tanto a memória, como a imaginação e a razão. Ele observa, analisa as palavras, ações, o rendimento escolar e disciplinar, compara e critica hábitos impróprios de estudo, desenvolve o gosto pela pesquisa e investigação, tendo em vista a formação do critério numa apreciação pessoal.

A adaptação do aluno à organização escolar dos espaços estava estruturada num plano de progressão, numa complexidade de métodos pedagógicos e disciplinares, em que o professor era como um "[...] *decifrador da matéria/conteúdos*", desenvolvendo o raciocínio dos alunos, a partir dos compêndios e textos selecionados, de modo a promover a assimilação e reflexão desses conteúdos curriculares, num esquema fixo de "[...] *decorar, repetir e exigir*" (BARROSO, 1995, p. 139). Destacamos no caso da *decuriae* (=decúrias, grupos de alunos e/ou grupos associados à sua congregação religiosa, que se agrupavam voluntariamente para praticarem algum culto espiritual, retiro ou exercício de devoção), que poderia ser também aplicada fora das classes. Essas *decuriae* eram também relacionados com o aspeto de classificação dos alunos, uma vez que a graduação dos alunos por mérito era muito próxima à graduação individual. Outra forma de agrupar os alunos no Colégio era a sua integração nas duas Academias existentes: a Literária e a Científica. Entendia-se por Academia a união de alunos (distinção relativa ao talento e à piedade, atitude moral), selecionados entre todos eles, que, sob a presidência de um jesuíta, se congregavam para realizarem atividades científicas e literárias (ROMEIRAS, 2015). À Academia pertenciam todos os membros das congregações religiosas do Colégio e os alunos frequentadores das aulas/disciplinas. As virtudes cristãs, o empenho no estudo e a observância da disciplina escolar, constituíam as qualidades dos membros da Academia, que serviam de modelo aos outros alunos (método de emulação).

Paralelamente ao currículo estabelecido e às correspondentes atividades de cada matéria disciplinar, propostas pelos professores, estes desenvolviam nos alunos outras atividades de complemento na sua formação, mantendo os princípios da pedagogia inaciana e da *Ratio*. Por exemplo, o Colégio pela ação de alguns professores desenvolveu o ensino musical (canto coral), constituindo um orfeão/coro, uma banda filarmónica, muito prestigiada nas redondezas, abrilhantando as festividades da instituição ou em atos e festividades nas povoações limítrofes. Também as artes dramáticas (expressões), a poesia, o teatro (encenação, representação de peças de teatro profanas e religiosas, de tragicomédias clássicas, dramas de Marcelino Mesquita, etc.), as récitas e composições literárias.

Por outro lado, a disciplina estava definida no Regulamento do Colégio, que impunha alguns aspetos relativos à vida do internado (horário, acesso aos espaços, rigor no estudo, saídas e visitas, cumprimento de honra, forma de estar na aula, no refeitório, nas camaratas, na igreja, nos passeios, etc.). De facto, o colégio teve dois Regulamentos de Disciplina: o de 1876 e o de 1897. O primeiro compunha-se de 4 capítulos, num total de 64 artigos, relacionando o comportamento religioso; o comportamento disciplinar; o comportamento escolar; e o comportamento civil. O Regulamento de 1897, elaborado após a Reforma do Ensino de Jaime Moniz, em 1895, mantinha 4 capítulos, num total de 48 artigos, distribuídos pela regulação do comportamento religioso; comportamento moral; comportamento disciplinar; e comportamento civil. Este último Regulamento pretendia uma educação sólida, cristã, literária e social, que exigia dos alunos qualidades nos procedimentos e comportamentos. Comparativamente, o Regulamento de 1876, ao ter mais artigos, indicava de forma muito equilibrada as exigências para cada tipo de comportamento do aluno, dando uma atenção especial à parte ‘disciplinar’ e ‘escolar’. O Regulamento de 1897, equiparado ao Regulamento de *Maria Sanctissima Immaculada* do Colégio de Campolide, de 1896, apresentava uma maior insistência no comportamento civil do aluno e no cumprimento prático dos seus princípios.

De facto, a disciplina foi um dos aspetos em que temos de reconhecer a modernidade da *Ratio*. De facto, a *Ratio* não fazia doutrina sobre teorias pedagógicas, mas no caso da disciplina pretendia que era mais fácil obter bons resultados, atribuindo uma honra ou recompensa do que aplicar castigos corporais. Esta posição fundamenta as práticas da atribuição solene de prémios (final do ano letivo) durante os Atos Públicos, a afixação pública de poesias e ainda um curioso sistema de atribuição de honras dentro de cada classe, como a eleição de magistraturas honoríficas, que se renovavam cada dois meses. Os prémios e as recompensas tinham a sua contrapartida no pensamento sobre os castigos, evitando que o professor fosse, não só propenso a castigar os alunos, como demasiado solícito a procurar neles faltas, para além de abster-se de fazer qualquer ofensa. De facto, os castigos corporais, por vezes com alguma severidade, eram uma prática corrente nas instituições escolares naquela época, mas os jesuítas estavam formalmente proibidos de castigar os seus próprios alunos, para poupar aos professores um carácter odioso da sua função.

## **A génese da arquitetura temporal como categoria estruturante no Colégio**

Aniko Husti (1985, p. 119) refere as raízes monásticas do tempo escolar nos métodos adotados pelos colégios jesuítas:

A grande importância que o *Ratio Studiorum* concede à organização temporal dos estudos é a razão que nos conduz a fazer a análise desta

carta pedagógica que foi durante trezentos anos o “código escolar obrigatório” das escolas Jesuítas e que influenciou largamente o modelo de emprego do tempo na maior parte dos países da Europa.

Igualmente será relevante citar a João Barroso (2001, p. 72) na sua análise à *Ratio Studiorum*, ao afirmar que “[...] na primeira versão [1586] o plano organiza-se segundo o currículo das diferentes classes”, mas no texto definitivo incide na organização pedagógica dos colégios, recorrendo a uma hierarquia complexa de poderes e funções, acabando por realçar que “[...] a passagem de uma organização pedagógica para uma organização administrativa parece ser um dos traços mais específicos da administração escolar”, impregnada dessas raízes seculares.

J. Ferreira Gomes (1991) também descreve os métodos seguidos pela pedagogia jesuíta considerando que alguns deles seriam hoje atuais, em especial essa categorização do tempo escolar, como por exemplo, no fim da aula, alguns alunos (mais ou menos dez), repetiam entre si, por meia hora, o que ouviram da lição e um dos prefeitos jesuítas, se possível, presidia à decúria. Da mesma forma nessa organização temporal um aluno fazia a repetição da lição do dia e da véspera, toda ou parte, de modo a que os colegas se exercitassem, destacando os pontos mais importantes e mais úteis, numa direcionalidade pedagógica aos alunos mais adiantados, depois aos outros alunos, numa recitação seguida ou intercalada pelas interrogações do professor no sentido de corrigir algumas afirmações. Este valioso instrumento desenvolvia a atividade mental dos alunos e a sua formação.

A arquitetura temporal como categoria estruturante da organização do ensino era comum aos outros colégios dos jesuítas tendo o aluno nos dias ordinários uma distribuição de tempo escolar: nove a dez horas de atividades curriculares (matérias das disciplinas), três dessas horas eram em sala de estudo; uma hora e meia de atividades religiosas (missa, terço, leitura espiritual, meditação, preces); e treze horas para descanso/sono e tempos livres (recreios, desporto, recreação). Essa distribuição temporal impunha limites às liberdades dos alunos internados, mas marcava o seu ritmo diário. Os períodos de passeios, acampamentos, visitas às aldeias limítrofes constituíam momentos de grande libertação dos deveres escolares, gerando uma sensação de liberdade/alegria no contacto ambiental natural e social (pequenos grupos), sendo até perdulário para os castigados (amnistia). Toda a organização escolar era evidente no quotidiano do colegial, quer nas atividades curriculares de aula, quer no estudo, nos exercícios e nos exames, quer nas atividades extracurriculares.

Na verdade, o tempo escolar em termos de organização do horário dos alunos seguia o horário rural das comunidades envolventes, com o lema ‘*deitar cedo e cedo erguer*’ (lema monástico). De facto, os jesuítas aproveitavam bem a luz do dia, de modo que toda a comunidade educativa dispusesse de claridade nas salas de aula, no estudo, na realização dos trabalhos escolares e outras atividades curriculares, gastando pouca energia elétrica. Daí que os alunos se levantavam ao despertar da aurora e deitavam-se logo quando anoitecia. O dia escolar dependia da época de Verão ou de Inverno devido ao maior ou menor tempo de luz solar. Assim, durante a semana, o levantar era por volta das seis horas

(inverno) ou às cinco e meia (verão), sob o som de despertar da sineta, seguindo-se meia hora para a higiene pessoal e arranjo da camarata, o estudo (sala de estudo), o pequeno-almoço (pão e manteiga abundante, chá açucarado) e o recreio. A partir das nove iniciavam-se as aulas nas várias matérias curriculares, com recreio e estudo (vigilância do Prefeito numa espécie de púlpito) até às 12h:30min, terminando com o almoço por volta das 13 horas. No espaço do refeitório, sob vigilância do prefeito da divisão (havia 5 divisões) os alunos sentavam-se em bancos corridos nas mesas retangulares do refeitório e, terminada a refeição seguia-se o estudo, as aulas, o recreio, a merenda, o estudo, aulas e estudo até por volta das 19h:30min momento da leitura religiosa, terço e estudo. O jantar/ceia realizava-se por volta das oito ou oito e meia (verão), seguindo-se a ida à capela (meditação) e o recolhimento às camaratas e imposição do silêncio. Nas quintas-feiras à tarde o recreio integrava atividades desportivas até à leitura religiosa, terço e tempo livre antes da ceia/jantar.

Aos domingos o tempo no colégio tinha outra distribuição organizativa: levantar, higiene (pessoal e da camarata), o estudo, a oração e a confissão por volta das sete da manhã, seguido da missa, pequeno-almoço, recreio, estudo, reuniões das congregações (duração de duas horas e meia) e estudo até à hora do almoço. Na parte da tarde havia recreio, jogos, passeios à serra, tempo livre, higiene pessoal (no verão os alunos banhavam-se num grande tanque, espécie de piscina) com uma duração total de três a quatro horas, seguindo-se as visitas dos familiares, depois o estudo/tempo livre até às oito ou oito e meia, momento da ceia/jantar. Após esta refeição tinham meditação, logo seguido de recolhimento à camarata, com a presença habitual do prefeito. Assim, decorria a rotina da vida semanal do aluno no Colégio de São Fiel, num sistema de internado e regime de estudo.

Além disso, as horas de estudo não eram excessivas para evitar que a aprendizagem fosse uma carga grande e, por isso, nos sábados reviam as lições/matéria e as academias em dias feriados ou determinados também expunham as suas sessões. Era uma forma de ocupar os tempos livres. O funcionamento da biblioteca está adequado a toda a organização escolar estabelecida. Os professores preparavam o seu material didático de suporte à aprendizagem e no final do ano preparavam para os alunos essa relação de livros e textos necessários aos alunos no curso letivo seguinte.

Por conseguinte, o Colégio não deixava ao acaso a organização do tempo dos seus membros. Na convicção de que o descanso era tão necessário como o trabalho escolar e, daí que a *Ratio* prescrevia: os dias de aulas e os de descanso semanal, os tempos letivos e os de recreio; o trabalho coletivo e individual; as pausas letivas, as férias e os feriados. Chegava mesmo a estabelecer o princípio de que ninguém se aplique ao trabalho por mais de duas horas seguidas, sem interromper o estudo por um pequeno intervalo de tempo. Foi, assim, que historicamente na educação se elaborou um documento destinado a responder às necessidades de preparar os professores para a sua atividade educativa (MIRANDA, 2011).

Por isso, o magistério dos professores era precedido por um período de exercício no ensino, no seio de uma academia privada, sendo obrigação do reitor manter o entusiasmo dos professores, com diligência e afeição.

Toda a regulação do tempo estava determinada pelo toque de campainha que submetia à disciplina a vida do Colégio, justificando-se como um instrumento de formação, na base do respeito, da convicção do cumprimento das regras e na promoção de hábitos favorecedores à socialização e ao civismo dos alunos. Havia, pois, uma ordem e uma metodologia de orientação na distribuição do tempo escolar que assentava: no horário das aulas e das matérias do plano de estudos, na distribuição das tarefas/atividades (graduação), no estudo e nas tutorias de apoio dadas pelos professores; na ordem do ambiente educativo (salas de aula e de estudo), na firmeza das relações pedagógicas (o aluno aproximava-se do professor com boas maneiras e em respeito); na correção disciplinar do comportamento dos alunos, com a consequente atribuição de prêmios no final do ano letivo (fitinhas, cruzinhas, santinhos), que era um incentivo para eles estudarem, para além do elogio e destaque em quadro na sua participação de ‘*disputas*’ nas aulas.

Na verdade, no Colégio de São Fiel, era nítida a opção pelo ensino científico, em detrimento do ensino humanístico. Embora se mantivesse o objetivo principal de formar cristãos cultos, rompera-se aquela síntese entre Humanidades, Artes e Ciências, que presidia ao espírito da *Ratio*. Havia uma razão para essa rutura. Falsamente acusados de obscurantistas, os seus jesuítas antecessores tinham sido expulsos, no tempo do Marquês de Pombal como responsáveis pelo atraso da cultura científica em Portugal. Quando finalmente puderam regressar às salas de aula, os jesuítas perceberam que tinham de vencer aquelas acusações e recuperar a credibilidade científica que lhes fora roubada. Daí o grande investimento no ensino e na prática das ciências naturais, nos colégios de Campolide e de S. Fiel, de que a Revista Brotéria (1902-2016) constitui uma das maiores heranças deste último colégio.

### **Idéia(s) a reter**

Destacámos nos colégios jesuítas a sua organização escolar e a metodologia de ensino. Em termos didáticos a lição começava na sala de aula, logo o professor corrigia os temas um a um tendo o cuidado de manter os alunos ocupados em traduções, em imitar autores, em compor trabalhos originais ou exercícios escolares. Seguia-se a repetição da preleção anterior com explicação da seguinte e ditava-se o tema e, por fim, repetiam-se os preceitos o que se animava frequentemente com os desafios, e explicava-se a nova lição. Ora todo este andamento constituía a atividade escolar dos colégios (CARVALHO, 1986). Neste sentido, Aniko Husti (1985) considera uma uniformidade nesse uso do tempo nos diferentes níveis de estudos, que ainda hoje tem eco no nosso ensino, quer na organização escolar, quer nas semelhanças entre os vários países da Europa, ou seja, uma organização

temporal em função dos objetivos pedagógicos. Os problemas pedagógicos persistiram no tempo, apesar da evolução da pedagogia e das ciências da educação, mas a pedagogia jesuíta já alertava para a rotina e monotonia das aulas, problema que continuamos a encontrá-lo nas salas de aula dos nossos dias. A rotina ‘infestava’ as classes desses colégios, a mesma prática repetida, e isto apesar dos exercícios variados, que tinham a vantagem de romper a monotonia das classes e impedir os alunos de adormecerem na rotina, não constituía a melhor forma pedagógica de aprender.

No Colégio de São Fiel havia alunos internos, externos e no início gratuitos (órfãos, pobres). Os alunos externos ficavam hospedados em casas particulares da povoação ou no ‘Hotel’ (espécie de residência, governada por um particular, mas de pertença do colégio) estavam dependentes de uma disciplina controlada por um dos alunos internos mais velhos, enquanto os alunos internos tinham o seu regulamento disciplinar. Estes dormiam no edifício do colégio em extensas camaratas (capacidade para mais de 40 alunos), em camas de ferro dispostas em 3 filas, com a respetiva mesinha de cabeceira lateral, sob a vigilância do prefeito de cada divisão. Este prefeito dormia numa divisória colocada ao centro, envidraçada para melhor observar os alunos, caminhando num vaivém constante no controlo do sono e do silêncio nos alunos. De manhã cedo o seu bater forte de palmas anunciava o amanhecer, impondo o ritmo e a disciplina do acordar e todo o ritmo quotidiano da vida colegial.

Havia a costume de aplicar-se prémios semanais para recompensar o bom aproveitamento do estudo e a elevação do comportamento moral e disciplinar dos alunos, para além da distribuição de prémios no final do ano letivo com a presença das famílias e autoridades convidadas. Mas, lá estavam os castigos corporais em lugar discreto, fora da sala de aula. Práticas específicas recomendadas pela *Ratio* para a saúde do corpo e do espírito também faziam parte da vida no colégio, como a educação física e os recreios, com toda a espécie de jogos e passeios a pé pela serra, que eram a única ocasião em que quebravam a rigidez da forma; o teatro, com a representação de peças de autores conhecidos, segundo a tradição mais antiga dos colégios em Portugal; e até a música, que a *Ratio* excluía, mas que sempre fizera parte da vida dos colégios - com um professor, que era adorado por todos os rapazes (CONDE, 1961) e que tinha a seu cuidado a formação da banda e do canto coral. Da educação religiosa e da disciplina, os alunos não guardavam boas memórias, em especial pela austeridade que lhes inspirava o Prefeito de Estudos, porque não podiam falar quando se deslocavam e observavam a sua inquebrável ‘forma’. Nos atos mais importantes do quotidiano a disciplina era toda convencional, sendo um excesso os atos de piedade.

Ao analisámos os espaços e a organização escolar no Colégio de São Fiel, no contexto da memória histórica da educação em Portugal, eles foram como um ‘contendor’ onde se produziu (agora destruído pela vaga de incêndios na zona) ações e interações na formação de muitos alunos colegiais, destacando-se Egas Moniz (prémio

Nobel da Medicina) e Luís Cabral Moncada (catedrático de direito na Universidade de Coimbra), bispos, missionários, políticos (Hinze Ribeiro, José Ramos Preto), entre muitos outros que tiveram um papel destacável em muitas áreas do saber da sociedade da época. Esse património histórico, com escasso espólio documental (destruíram-se muitos documentos em 1910, outros desapareceram ou estão dispersos sem conhecimento), composto pela arquitetura do edifício, pelos objetos/artefactos de cultura material (didático e científico) da educação, incluindo o material produzido pelos colegiais, as imagens fotográficas, tudo isto faz-nos refletir o ensino particular religioso e a pedagogia jesuítica na época. A monumentalidade dos edifícios, a amplitude dos espaços, o meio envolvente, as instalações e os serviços de ensino fazem dessa memória educativa construída uma memória social partilhada, que converte essa reconstrução historiográfica, do olhar ao passado histórico do colégio num exercício de investigação arrojado à luz do presente, mas com a força de podermos repensar o ensino privado no tempo histórico, na atualidade e no futuro. Este exercício sobre os espaços e a cultura material dessa educação jesuítica nos seus colégios foram utilizados ou produto de atividades realizadas que se converteu num lugar de memória social (VIÑAO, 2006).

Os nossos contributos à História da Educação ou HIE partem da dupla ação, por um lado o nosso de historiador capaz de analisar e interrogar os vários sentidos deste trabalho sobre uma instituição e, por outro, o de educador capaz de sentir os desafios da educação no tempo presente, de pensar a ação nas continuidades e mudanças do trabalho pedagógico. Esta dupla ação insere-se nos novos entendimentos do trabalho histórico e da ação educativa e que tornam pertinentes os contributos da nossa pesquisa, em que a abordagem aos espaços e ao tempo escolar constituíram-se elementos fulcrais, que marcaram o funcionamento e o ritmo do processo ensino-aprendizagem no Colégio de São Fiel dos jesuítas.

## **Bibliografia**

- ASSUMPÇÃO, T.L. *História Geral dos Jesuítas*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.
- BARROSO, João. *A organização pedagógica e a administração dos liceus (1836-1960)*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 1995.
- BURKE, C. Introduction. Containing the school child: architectures and pedagogies. *Paedagogica Historica*, 41 (4-5), p. 489-494, 2005.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COLOM, Antoni J. Discurso educativo y semántica de los espacios escolares. *Bórdon* (Madrid), 57 (1), p. 99-112, 2005.

- COMPANHIA DE JESUS. *Ideários dos colégios da Companhia de Jesus em Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gracos, 1996.
- CONDE, F. O Colégio de S. Fiel. *Estudos de Castelo Branco*, nº 1 (8 de junho), p. 23-29, 1961.
- DOMÈNECH, J. & VIÑAS, J. *La organización del espacio y el tiempo en el centro educativo*. Barcelona: Graó, 1997.
- ESCOLANO BENITO, A. *Tiempos y espacios*. Ensayos históricos. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- FELGUEIRAS, Margarida M<sup>a</sup> Louro. Para um museu vivo da escola primária: Trajetória de uma investigação. In: MAGALHÃES, Justino (org.), *Fazer e ensinar história da educação*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, 1998. p. 147-154.
- FERRÃO, Pedro. *A educação jesuítica*. O Colégio de S. Fiel. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup> Editores, 1910.
- FRANCA, Leonel, sj. *O método pedagógico dos Jesuítas*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.
- GANDRA, A. J. Rodrigues da Silva. *Jesuítas e mais alguma cousa*. Parte I – Os Jesuítas em si mesmos. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Typ. Da Palavra, 1982.
- GOMES, Joaquim Ferreira. O ‘Ratio Studiorum’ da Companhia de Jesus. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXV (II), p. 131-154, 1991.
- GONZÁLEZ, Manuel Revuelta, s.j. *Los colégios de los jesuítas y su tradición educativa (1868-1906)*. Madrid: UPC- Universidad Pontificia de Comillas, 1998.
- HUSTI, Aniko. *Temps Mobil*. Paris, INRP, 1985.
- HUSTI, Aniko. *Gagner/perdre du temps dans l'enseignement: opinions d'élèves et de professeurs*. Paris: INRP, 1994.
- LAGES, António Mendes. *O Sr. Marianno de Carvalho e o Colégio de S. Fiel*. Coleção dos artigos publicados nos n.ºs 144 a 146 na ‘Cruz do Operário’ pelo seu director. Lisboa: Typ. Da Cruz do Operário, 1883.
- LOPES, José M.M. sj. *O Projeto Educativo da Companhia de Jesus: Dos exercícios espirituais aos nossos dias*. Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia, 2002.
- MARTINS, E. Candeias. *Ação (sócio)educativa dos jesuítas e o Colégio de S. Fiel* (Memória histórica). Lisboa: Editorial Cáritas, 2017.
- MIRANDA, Margarida. A Ratio Studiorum e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa Moderna. *Humanitas*, 63, p. 473-490, 2011.
- MONTEIRO, Miguel M.<sup>a</sup> Santos Correia. *Os jesuítas e o ensino médio: Contributo para uma análise da respetivação*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 1991.
- PRETO, J. R. *Relatório sobre o Extinto Colégio de S. Fiel da Companhia de Jesus ao Ministro da Justiça do Governo Provisório da República Portuguesa*. Lisboa: Typ. Maurício & C.<sup>a</sup>, 1911.
- REFOIOS, Joaquim A. de Sousa. *O Colégio de São Fiel no Lourçal do Campo e o de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Conceição na Covilhã* (Apontamentos sobre o jesuitismo no Distrito de Castello-Branco). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1883.
- RODRIGUES, F. *A formação intelectual do jesuíta*. Porto: Livraria Magalhães & Moniz Editora, 1917.
- ROMEIRAS, F. Malta. *Ciência, Prestígio e Devoção: Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*. Cascais: Lucerna, 2015.

VIÑAO, Antonio. El espacio escolar y la escuela como lugar: Propuestas y cuestiones. *Revista de Historia de la Educación*, n.º 12-13, p. 17-74, 1993-1994.

VINÃO, Antonio. Espacios escolares, funciones y tareas: La ubicación de la dirección escolar en la escuela graduada. *Revista Española de Pedagogía*, año LXII, n.º 228, mayo-agosto 2004, p. 279-304.

VIÑAO, Antonio. El espacio escolar. Viejas cuestiones, nuevos escenarios. In: ESCOLANO BENITO, A. (dir), *Historia ilustrada de la escuela en España: Dos siglos de perspectiva histórica*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, p. 289-308.

Recebido em: 10/12/2019

Aprovado em: 13/05/2020